

“Dois termos, nada mais, nada menos”: conservadorismo religioso, políticas públicas e gênero

Emanuel Freitas da Silva

*Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará - UFC
Professor do Programa de Pós-Graduação em Planejamento em
Políticas Públicas - PPGPPP - UECE
emanuel.freitas@uece.br
<https://orcid.org/0000-0001-6304-4316>*

Emerson José Sena da Silveira

*Doutor em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de
Fora - UFJF
Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em
Ciência da Religião - UFJF
emerson.pesquisa@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-5407-596X>*

Homero Henrique de Souza

*Mestre em Planejamento em Políticas Públicas pela Universidade
Estadual do Ceará - UECE
Doutorando em Sociologia pela Universidade Estadual do Ceará - UECE
Professor da Educação Básica pela Secretaria de Educação do Estado
do Ceará - SEDUC
homerogeografia@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-0730-3210>*

Resumo

Qual é o impacto da ação e discurso de atores religiosos cristãos conservadores – católicos e evangélicos – nos processos de discussão e decisão das políticas públicas tramitando em casas legislativas estaduais e municipais brasileiras? Eis a questão que norteia este artigo. Tomando como campo de observação o debate em torno da presença de dois termos, “gênero” e “sexualidade”, dentro de um amplo programa de educação estadual no Ceará, o conservadorismo cristão transforma a política pública, lugar do equacionamento racional-democrático de tensões e desigualdades sociais, em teatro onde se manipulam medos sociais e pânicos morais.

Conhecer: debate entre o público e o privado

2023, Vol. 13, nº 30
ISSN 2238-0426
DOI <https://doi.org/10.32335/2238-0426.2023.13.30.8672>
Licença Creative Commons Atribuição (CC BY 4.0)
Data de submissão 29 ago 2022
Data de publicação 06 jan 2023

A mobilização em torno da retirada dos dois signos linguísticos (gênero e sexualidade) de documentos orientativos de políticas públicas reflete uma linguagem religiosa avessa aos processos de interlocução e racionalidade comunicativa. Embasados por metodologia qualitativa – revisão bibliográfica parcial, transcrição de discursos em ambiente legislativo, uso de fontes primárias (perfis em redes digitais) e secundárias – traçamos o panorama de um longo processo de deterioração de políticas públicas democráticas sob as mãos religiosas de atores políticos do campo conservador cristão.

Palavras-chave políticas públicas, gênero, sexualidade, conservadorismo.

“Two terms, nothing more, nothing less”: religious conservatism, public policy, and gender

Abstract

What is the impact of the action and discourse of conservative Christian religious players – Catholics and Evangelicals – on processes for discussing and deciding public policy in Brazilian state and municipal legislative assemblies? This is the question that guides this article. Taking as an observation field the debate around the existence of two terms, ‘gender’ and ‘sexuality,’ within a broad state education program in Ceará, Brazil, Christian conservatism turns public policy, a place for the rational-democratic equation of social tensions and inequalities, into a theater where social fears and moral panics are manipulated. Mobilizing around the removal of two linguistic signs (gender and sexuality) from public policy guidelines reflects a religious language averse to processes of interlocution and communicative rationality. Based on a qualitative methodology – partial bibliographical review, transcription of speeches in a legislative setting, use of primary (profiles on digital networks) and secondary sources –, we outline the panorama of a lengthy process of deterioration of democratic public policy under the religious hands of political players belonging to the Christian conservative movement.

Key words public policy, gender, sexuality, conservatism.

“Dos términos, nada más, nada menos”: conservadurismo religioso, políticas públicas y género

Resumen

¿Cuál es el impacto de la acción y del discurso de actores religiosos cristianos conservadores – católicos y evangélicos – en los procesos de discusión y toma de decisión de las políticas públicas en las cámaras legislativas de los estados y municipios brasileños? Esta es la pregunta que guía este artículo. Tomando como campo de observación el debate en torno a la existencia de dos términos, “género” y “sexualidad”, dentro de un amplio programa de educación del Estado de Ceará, Brasil, el conservadurismo cristiano convierte las políticas públicas, un lugar para la ecuación racional-democrática de tensiones y desigualdades sociales, en un teatro donde se manipulan miedos sociales y pánicos morales. Movilizarse en torno a la eliminación de dos signos lingüísticos (género y sexualidad) de documentos de orientación de políticas públicas refleja un lenguaje religioso adverso a los procesos de interlocución y racionalidad comunicativa. Con base en una metodología cualitativa – revisión bibliográfica parcial, transcripción de discursos en un ámbito legislativo, uso de fuentes primarias (perfiles en redes digitales) y fuentes secundarias –, trazamos el panorama de un largo proceso de deterioro de políticas públicas democráticas bajo las manos religiosas de actores políticos del campo conservador cristiano.

Palabras clave políticas públicas, género, sexualidad, conservadurismo.

« Deux termes, rien de plus, rien de moins »: conservatisme religieux, politiques publiques et genre

Résumé

Quel est l'impact de l'action et du discours des acteurs religieux chrétiens conservateurs – catholiques et évangéliques – sur les processus de discussion et de prise de décision des politiques publiques dans les assemblées législatives des états et municipalités brésiliennes? C'est la question qui guide cet article. Prenant comme champ d'observation le débat autour de la présence de deux termes, « genre » et « sexualité », au sein d'un vaste programme d'éducation publique de l'État du Ceará, Brésil, le conservatisme chrétien fait de la politique publique, lieu d'une mise en équation rationnelle-démocratique des tensions et inégalités sociales, un théâtre où les peurs sociales et les paniques morales sont manipulées. La mobilisation autour de l'élimination de deux signes linguistiques (genre et sexualité) des documents d'orientation des politiques publiques reflète un langage religieux contraire aux processus d'interlocution et de rationalité communicative. À partir d'une méthodologie qualitative – revue bibliographique partielle, transcription de discours dans un environnement législatif, utilisation de sources primaires (profils sur les réseaux numériques) et secondaires –, nous dressons le panorama d'un long processus de dégradation des politiques publiques démocratiques sous les mains religieuses d'acteurs politiques du camp conservateur chrétien.

Mots-clés politiques publiques, genre, sexualité, conservatisme.

Introdução

Este estudo analisa embates político-religiosos em torno de um programa de educação para jovens na Assembleia Legislativa do Ceará (ALECE). Ao olhar cuidadosamente os embates, os discursos e as lutas de deputados estaduais em torno da tramitação de uma importante política pública – o programa Ceará Educa Mais – compreendemos melhor as dinâmicas da insolúvel relação entre conservadorismo religioso, política pública e gênero nos âmbitos regional e nacional.

Neste artigo são apresentadas as estratégias de mobilização e de discurso adotadas por parlamentares cristãos (católicos carismáticos e evangélicos) em sessões de debate na ALECE – e seus desdobramentos nas redes digitais – para a não implementação de políticas públicas no âmbito da educação de adolescentes, que visava a, dentre outras coisas *“promover a equidade de gênero”*. A partir da análise factual, apresentamos uma discussão mais ampla acerca das recentes tomadas de posição de setores reacionários da política, com destaque para parlamentares ligados a instituições religiosas de matriz cristã, com vistas a uma atuação pautada pela ideia de “veto”¹ àquilo que consideram afronta a seus valores, desarticulando políticas públicas que vinham sendo implementadas, em

1 O importante trabalho de Tsebelis (2009) analisa o papel desempenhado nas democracias modernas, no que diz respeito a processos decisórios, ao que ele entende como “atores com poder de veto”. Usando seu mote, entendemos aqui como, nos últimos anos, o acionamento da categoria “político cristão” que “representa a maioria da população, que é cristã”, por parte de atores do campo político que têm identidade religiosa, pode ser percebido como o que o autor denomina “atores coletivos com poder de veto”.

diversas esferas, no combate a discriminações historicamente assentadas na sociedade e na cultura brasileiras.

Embasados em uma metodologia qualitativa – revisão bibliográfica parcial, transcrição de discursos em ambiente legislativo, uso de fontes primárias (perfis em redes digitais) e secundárias – traçamos esse panorama dantesco que coroa um longo processo de deterioração do espaço público político sob mãos religiosas cristãs conservadoras.

Por isso, o texto se estrutura da seguinte maneira: a) apresentação do quadro atual no que tange às relações/contaminações entre religião e política no Brasil, destacando a atuação de atores do campo conservador na política institucional, com destaque para os parlamentos²; b) apresentação de políticas estaduais que vinham sendo implementadas, no âmbito das escolas estaduais, visando ao combate das discriminações relativas às questões de gênero, promovendo a esperada equidade; c) análise da discussão levada a cabo na sessão legislativa em que se pôs o projeto em discussão e votação, observando mecanismos discursivos de vigilância, veto e pânico social em torno do termo “gênero” e as implicações para políticas de equidade e, também, para relações democráticas plurais no âmbito da democracia representativa; e, por fim, d) objetiva-se responder a seguinte questão: as políticas públicas, em sentido amplo, resistirão a vetos reacionários?

No princípio era o verbo educar...

Em 1º de julho de 2021 entrava em discussão e votação, na ALECE, a Mensagem n. 8.681/2021³, do Poder Executivo⁴, que implementava o programa Ceará Educa Mais. Segundo a justificativa apresentada quando de sua proposição à casa, em 9 de junho daquele ano, o projeto visava a

[...] ações destinadas à estruturação, ao desenvolvimento e à implementação de estratégias de gestão no âmbito da rede pública de ensino do Estado do Ceará, objetivando o aprimoramento e o fortalecimento do processo de aprendizagem⁵.

O texto apresentado como projeto do referido programa elencava uma série de ações a serem implementadas nas escolas estaduais (tais como superintendência escolar, professor aprendiz, avaliação externa, articulação com a educação profissional, educação híbrida, educação complementar, dentre outras) e recebeu um total de 8 emendas de

2 Tal discussão fora iniciada, tendo como *corpus* as 2 casas legislativas aqui citadas, em outros textos (Silva & Silveira, 2021).

3 Transformada no Projeto de Lei n. 72/2021.

4 O governador era, então, Camilo Santana, do PT.

5 Conforme se lê no texto que tramitou na ALECE, em documento obtido em seu acervo.

parlamentares enquanto tramitou pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação, após a aprovação da Procuradoria da Casa.

As emendas propunham as seguintes mudanças no texto: a) criação de bibliotecas em todas as escolas públicas estaduais e/ou ampliação e atualização dos acervos já existentes (Antônio Granja – Partido Democrático Trabalhista [PDT]); b) criação de comissões de proteção e prevenção à violência contra a criança e o adolescente, promoção da equidade e igualdade étnico-racial e de gênero e a formação de uma cultura de paz, implementação das recomendações exaradas pelo órgão técnico do Poder Legislativo estadual para a prevenção de homicídios e violências contra adolescentes relativas aos sistemas escolares e estabelecimentos de ensino, estabelecimento de instâncias democráticas no âmbito dos estabelecimentos de ensino nas quais a participação de representação estudantil seja assegurada (Renato Roseno – Partido Socialismo e Liberdade [PSOL]); c) oferta de conteúdos com orientações didáticas sobre gestão, produção e outros temas da área do empreendedorismo e promoção de treinamentos, competições e eventos esportivos e culturais (Agenor Neto – Movimento Democrático Brasileiro [MDB]); e d) mobilização das escolas públicas estaduais na promoção do debate que tem como horizonte a formação crítica e reflexiva dos estudantes acerca de temáticas que respeitem as diferenças, desenvolvendo com a comunidade escolar planos de prevenção das diversas expressões de violência doméstica e familiar, identificadas no ambiente escolar (Augusta Brito – Partido Comunista do Brasil [PC do B]).

Ao final do processo de tramitação, o relator do projeto, deputado Júlio Cesar (então no partido Cidadania, hoje no Partido dos Trabalhadores [PT]), que era líder do governo na casa, concluiu pela aprovação do projeto com as referidas emendas, algumas aprovadas sem restrições, 1 com sugestão de modificação da redação e 4 com parecer contrário.

Uma das emendas aprovadas sem restrição era a de número 3, de autoria do deputado Renato Roseno (PSOL), que dizia exatamente o seguinte:

Artigo V - Adiciona o inciso XXII ao artigo 2º da Proposição n. 72/2021, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Integram o Programa “Ceará Educa Mais” as seguintes ações, acompanhadas dos seus respectivos objetivos:

XXII - Educação contextualizada para a convivência com o semiárido: orientar práticas educacionais e pedagógicas emancipatórias, ancoradas na realidade local, considerando as dimensões social, cultural, econômica, ambiental e política, para contribuir com o desenvolvimento sustentável do semiárido, a promoção da equidade e igualdade étnico-racial e de gênero e a formação de uma cultura de paz, sobretudo mediante o fomento à consolidação e criação de escolas do campo, indígenas e quilombolas, bem como a celebração de parcerias com Escolas Família Agrícola.

Outro trecho do projeto que chamaria a atenção de parlamentares críticos à inclusão de discussão de combate às desigualdades era o inciso XIII, que dizia o seguinte:

XIII - Educação Inclusiva: desenvolver políticas públicas educacionais orientadas pelo princípio da equidade, respeito às diferenças e garantia de direitos, para pessoas com deficiência, pessoas privadas de liberdade, para crianças, jovens e adultos indígenas, camponeses e quilombolas, apoiando ainda as escolas na abordagem dos temas integradores relacionados à educação em direitos humanos, gênero e sexualidade, bem como às relações étnico-raciais.

A aprovação sem restrições desse trecho mobilizaria parlamentares religiosos, evangélicos e católicos carismáticos - tanto da ALECE quanto da Câmara Municipal de Fortaleza - contra aquilo que, pelas redes sociais, denominavam a *“imposição da ideologia de gênero nas escolas”* ou mesmo a *“erotização das crianças”*⁶. Em uma intensa veiculação de vídeos curtos em suas redes sociais, deputados estaduais e vereadores conclamavam bases religiosas e conservadoras⁷ a se *“postarem em oração”* naquele dia para garantir a vitória contra aquele projeto que visava, dentre outras coisas, a *“destruir as famílias e os valores cristãos”*, operando uma *“sexualização das crianças”*.

O desafio que nos propomos aqui é entender como esse fluxo de linguagem, monotemático, repetitivo, ininterrupto, magicista-moralista, esvaziado de concretude histórica, social e cultural, insuflado pelo pânico, medo, ressentimento e ódio, saiu das margens sociais de extremas-direitas religioso-políticas e passou a ocupar um lugar central na discussão pública, a ponto de perturbar a discussão racional, esclarecida e plural de projetos de lei e programas sociais como o que aqui se analisa.

Conservadorismo religioso, políticas públicas e o debate sobre gênero

A famigerada *“ideologia de gênero”*, um amontoado de signos inflacionados e sem semântica, tornou-se um emblema distintivo das novas direitas religiosas e, assim, do conservadorismo cristão em alta no mundo contemporâneo (Henriques, 2021). Dos Estados Unidos da América (EUA) à Hungria e desses países ao Brasil, setores cristãos religiosos, carismáticos católicos e evangélicos, junto com as direitas políticas, iniciaram uma cruzada

6 Mesmo o projeto se destinando a escolas de Ensino Médio, da rede estadual, tais discursos insistiam na ideia de que *“criancinhas”* iriam discutir *“sexo”* na escola.

7 Por vezes usamos, neste texto, a alcunha *“conservador”/“conservadorismo”*, em outras vezes falamos de *“reacionário”* para caracterizar o *modus operandi* e a identidade desses atores do campo político sem, contudo, proceder à devida e rigorosa definição do que se entende por conservadorismo na Ciência Política contemporânea. O termo é usado por fazer referência ao modo como tais atores se identificam na arena de debate.

contra a suposta ideia de que sexo e gênero podem ser escolhidos ou mudados a bel-prazer e de que essa “doutrina” é ensinada em escolas públicas, “imposta” em políticas públicas e celebrada na legislação e na cultura de massa (desenhos, filmes, música, artistas etc.).

A distorção histórica da questão gênero/sexo, evidente com esse vazio sógnico referencial, necessita ser explicada, mas é difícil precisar a origem histórica exata desses movimentos, tal a complexidade dos fios que tecem essa trama religiosa/social/política. Entretanto, grosso modo, pode-se dizer que tais movimentos se tornaram mais endêmicos após a crise financeira global de 2008, com a ascensão das plataformas digitais comandadas por algoritmos, além da monopolização e da financeirização das estruturas econômicas. São tendências históricas que podem ser sucintamente enumeradas: a) a crise da democracia representativa liberal e do capitalismo financeiro eletrônico e suas duas máscaras políticas, o neoliberalismo e o anarcocapitalismo; b) o espalhamento do identitarismo metafísico (identidade absoluta) pelo espectro político à direita e à esquerda⁸; e c) a ascensão das plataformas digitais oligopolizadas. Não podendo nos debruçar sobre todas as tendências, enfatizamos aspectos político-religiosos representados pela ascensão do conservadorismo cristão e suas práticas antipolíticas no contexto das políticas públicas debatidas em casas legislativas.

O individualismo narcísico, a pulverização e a fragmentação social que emergiam nesse contexto, levam ao paroxismo de um trabalho em rede coletivo, precarizado, mas individualizado. Aumenta o desgaste das instituições e organizações políticas tradicionais, como partidos e sindicatos, porém, ao mesmo tempo, os comunitarismos religiosos se fortalecem. Pouco a pouco, o fluxo financeiro, cibernético, político e linguístico convergem, fundem-se e marcam o tempo da inflação semiótica, o semiocapitalismo (Berardi, 2020; Ghiraldelli, 2022). É nesse contexto que o conservadorismo religioso, por ser compacto, refratário a críticas externas, altamente mobilizador (pela repetição, clima emotivo ao extremo, pouco afeito ao processo racional/hermenêutico/crítico), dissuasor da pluralidade interna, fabricante de utopias regressivas, ascende em importância e, no campo da formulação das políticas públicas, passa das margens mais longínquas a uma posição mais central.

O debate de gênero acabou saindo das proposições de políticas públicas efetivas, da ideia de superação da desigualdade social, salarial e racial entre gêneros para uma deriva identitária: a retirada do traço de uma identidade (cor, raça, religião), sua extração do contexto histórico, social, político e cultural no qual interagia com um sem-fim de

8 No caso das direitas, são igrejas e movimentos religiosos os afetados por essa substancialização da identidade. No caso das esquerdas, alguns movimentos feministas, antirracistas e LGBTQIA+. A ideia de identidade como substância inalterada, permanente e metafísica faz com que traços da identidade – palavras, signos etc. – sejam destacados de seus contextos, elevados a um plano abstrato, desconectados de mediações históricas, políticas e culturais e absolutizados. O resultado é a criação de guetos, bolhas, comunitarismos fechados e autoimunes para dentro (expulsão de divergentes e dissonantes) e para fora (não aceitação de críticas externas).

composições e estruturas, sua canonização e congelamento na ideia do eu, individualização narcísica (“*eu sou a minoria, eu a represento*”). Nesse sentido, passa a importar mais o traço em si, como puro signo inflado - palavras e expressões - do que os processos de interpretação dos traços e sua relação com as totalidades sociais e do que a luta político-social efetiva pela superação das abissais desigualdades. O identitarismo se transversaliza no espectro religioso-político em um tempo do eu absoluto e de derivas identitárias (Roudinesco, 2021).

A rigor, a ideia e as práticas de política pública na saúde, na educação, na seguridade social, no meio ambiente, como as entendemos, emergem a partir do processo constituinte de 1987-88, após a ditadura militar (1964-1985). A promulgação da chamada Constituição Cidadã (Constituição da República Federativa do Brasil [CF], 1988), no dizer de Ulysses Guimarães, marcada por forte inspiração social democrata, e no contrafluxo da ascensão do neoliberalismo e do capitalismo financeirizado global, é um dado fundamental (Sena da Silveira, 2022).

Nessa época, a mobilização de uma bancada religiosa cristã na Assembleia Constituinte de 1987-88 congregou cerca de 33 deputados evangélicos, em sua maioria pentecostais - Assembleia de Deus e Igreja Universal do Reino de Deus -, e em menor medida protestantes históricos e de missão (presbiterianos). As principais bandeiras eram liberdade religiosa e corporativa (concessão de meios públicos de comunicação, como rádios e TVs, reconhecimento de entidades filantrópicas, isenção tributária etc.) (Pierucci, 1989, 1996; Pierucci & Mariano, 1992). Pautas morais havia, elas giravam em torno do aborto e da família em termos genéricos (Pierucci, 2011). Sexo e gênero, com as controvérsias da suposta erotização da infância ou doutrinação para mudar de sexo nas escolas públicas, surgiram com maior ênfase e repercussão a partir de meados dos anos 2000 e são concomitantes aos processos históricos/econômicos/culturais que citamos, ao crescimento das bancadas religiosas no Parlamento e de sua transformação paulatina em bastiões de conservadorismo extremado e intolerante (Henriques, 2021).

A partir daí, em crescendo, surgem: a) a Lei n. 9.394 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional [LDB], 1996); b) fundos de financiamento; c) planos de compra de livros didáticos; d) discussão de currículo e parâmetros curriculares; e) leis federais para o ensino de História da África e dos Povos Originários e, em consonância, os Planos Nacionais de Direitos Humanos, I, II e III, este último nos governos de esquerda (Lula, 2002-2010); e f) uma situação na qual os grupos conservadores cristãos - evangélicos e parte da Igreja Católica - lançaram-se nas redes digitais, nos templos religiosos e nos legislativos, em aberta oposição a temáticas de sexo e gênero (aborto, ampliação do conceito de família para incluir as pessoas LGBTQIA+), mas não ainda com a centralidade, estridência e capilarização de formulações signílicas vazias (p. ex., “ideologia de gênero”).

Assim, a luta pela retirada de signos linguísticos – certas palavras – em documentos e planos de educação – inscritos por sua vez em políticas públicas – Brasil afora, em especial a partir do final dos anos 2000 e de 2015 em diante, expressa, por uma confluência de tendências históricas, a entrada do país na onda conservadora a que assistimos contemporaneamente, com instrumentalização da religião para fins políticos (Santos et al., 2022). Os projetos de lei e ações políticas embaladas pela “ideologia de gênero”, “escola sem partido” e “infância sem pornografia” se tornam cada vez mais frequentes em câmaras municipais e estaduais na esteira da radicalização do conservadorismo religioso cristão (Moura, 2018). Os mapeamentos mais recentes nos contam ao milhar ou aos milhares, mas também revelam uma convergência entre seus formuladores, o conservadorismo cristão e o ultraliberalismo social e econômico - Instituto Mises, Instituto Millenium (Moura & Silva, 2020).

Pouco a pouco, a entrada de atores religiosos cristãos conservadores – católicos e evangélicos – nas casas legislativas estaduais e municipais brasileiras fez da política pública, lugar do equacionamento racional-democrático de tensões e desigualdades sociais, um ringue, um teatro, um fluxo contínuo de palavras sem contextualização. Nesse sentido, a linguagem religiosa se põe avessa aos processos de interlocução e racionalidade comunicativa no campo da política pública educacional.

Podemos dizer que os grupos religiosos conservadores cristãos sequestraram a representação política do cristianismo (colocam-se como representantes do mundo evangélico e da nação cristã) e em nome de Deus (signo vazio de conteúdo), subvertendo os processos de construção de políticas públicas, amparados em uma concepção de democracia populista – a vontade da maioria como vontade geral absoluta, à qual se curvam as minorias – que visa ao afrouxamento das regras republicanas de pesos e contrapesos entre as instituições. As políticas públicas são escandidas e esgarçadas por meio do pânico moral, da substancialização religiosa identitária e da promoção do ódio. A conjugação desses três signos sociais erode a política como lugar do pacto civilizatório e, ao invés de sublimar o conflito, torna-o um espaço de irrazão e uma guerra de demolição. Embrulhados em uma linguagem estranha ao jogo político republicano laico da democracia liberal representativa, os grupos conservadores cristãos apelam para o identitarismo em sua prática social. Nesta, as fronteiras entre religião e política se desmancham e esta, deteriorada pela democracia populista, torna-se o instrumento de realização daquela, inflada de dogmatismos.

Dentro das políticas públicas de educação, a questão do gênero e suas controvérsias – em especial a de signos linguísticos, como a linguagem neutra – revestem-se de crucial importância para a alavancagem da retórica conservadora nos espaços legislativos. Ao invés dos grupos cristãos conservadores lidarem com a questão dentro de parâmetros políticos racionais democráticos, da capacidade de abrir-se a múltiplas visões e interpretações,

das fronteiras laicas entre religião, eles destituem as políticas públicas de suas bases republicanas, inviabilizando-as por meio do veto.

Quando criticadas, as bancadas cristãs tendem a reagir invocando um suposto ataque à sua liberdade de crença, esgrimindo a noção de perseguição religiosa (libertarismo à direita), ao mesmo tempo que desferem ataques a quem consideram inimigos, endiabrados (tornados demônios) e fecham-se ao diálogo e à composição com os demais setores políticos – da esquerda ao centro – a partir da lógica de domínio (teologia da guerra espiritual e do domínio imperial). Estes, ao invés de serem tratados como adversários políticos com os quais se dialoga e se busca entendimento, são reduzidos ao não humano diabólico, a ser coagido ou banido. A lógica guerreira dessa linguagem religiosa não admite composição política mediadora: ou se está a favor ou contra, ou se é homem ou mulher, ou se é a favor de Cristo ou contra ele (Camurça et al., 2020; Silveira, 2020). Entretanto, essas dicotomias são signos vazios, destituídos de contextualização e mediação, são autorreferentes e reproduzem-se sob uma forma algorítmica nas falas e atitudes dos representantes eleitos para as câmaras municipais e estaduais.

Acirrada a dicotomia, o cristianismo esposado por essas bancadas - uma nova *ordo prædicatorum* extremista - transforma-se em maniqueísmo bélico, radicalmente oposto à tradição teológica majoritária que apontava nessa religião a supremacia da ideia de amor, perdão e misericórdia (Sena da Silveira, 2022). Contudo, retornemos ao momento em que o fluxo de ruído e irrazão ainda estavam em baixo volume e não prejudicavam tanto a formação e implementação de políticas públicas no campo educacional.

“Um passo à frente”: políticas de gênero no Ceará dos anos 2010

As temáticas da diversidade de gênero e sexualidade na educação vêm adquirindo cada vez maior visibilidade, suscitando discussões e reflexões na grande mídia, nas redes sociais, nos movimentos sociais e nas salas de aula. São temas que provocam diversas reações, assim como geram iniciativas e orientações a serem praticadas sob uma perspectiva de afirmação democrática, respeito mútuo, aceitação das diferenças e construção de uma sociedade em que todos possam exercer plenamente sua cidadania.

O desafio do sistema de ensino é colocar no centro da política pública o valor das diferenças e da diversidade com seus conteúdos de gênero, identidade de gênero e orientação sexual, ante um cenário de desconhecimento e interpretações equivocadas que asseveram o preconceito e a discriminação. As atuais resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE) e da Câmara de Educação Básica (CEB) - p. ex., Resolução CNE/CEB n. 02/2012 - estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), orientando

a construção de um sistema educacional inclusivo, que garanta o direito universal de acesso à escolarização e que assegure, como parte integrante desse direito, o respeito e a valorização da diversidade.

Nesse contexto, sob a perspectiva de formular e implementar políticas públicas voltadas à valorização das diferenças e da diversidade e de promover uma educação inclusiva marcada pelos princípios dos direitos humanos, a Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC) vinha desenvolvendo ações que visavam a *fortalecer a escola como espaço de inclusão, de respeito à diversidade e de promoção da cultura de paz*.

Por meio do Decreto Estadual n. 31.221 (2013), a SEDUC constituiu em sua estrutura organizacional a Coordenadoria de Diversidade e Inclusão Educacional (CODIN). Era na CODIN que desde abril de 2015 a subárea de Educação, Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade (EDHGS) respondia pelas ações políticas governamentais da temática em questão.

Quatro foram as grandes ações promovidas pela SEDUC no período de 2015 a 2018: a) criação e consolidação da subárea EDHGS na estrutura organizacional da CODIN; b) mobilização, sensibilização e divulgação das ações da EDHGS junto às Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDE) e à Superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza (SEFOR) e às demais coordenadorias da SEDUC sede; c) desenvolvimento e apoio a projetos curriculares que promovam a igualdade de gênero, o respeito à diversidade sexual e à dignidade humana em todas as escolas; e d) articulação com organizações governamentais (OGs), não governamentais (ONGs) e movimentos que atuam a favor da diversidade sexual.

Para o ano de 2018 essas 4 grandes ações foram reescritas, tendo como base as metas educacionais previstas no Plano Estadual de Enfrentamento à LGBTfobia e Promoção dos Direitos Humanos de LGBT do Estado do Ceará (Decreto Estadual n. 32.188, 2017): a) elaboração e implementação de uma política de formação, que contivesse ações pontuais e continuadas dos profissionais da educação (professores, gestores, funcionários, técnicos e apoio) da rede pública estadual e conselheiros escolares, acerca da sexualidade, da diversidade de orientação sexual, da identidade de gênero e da promoção da cidadania da população LGBT; b) realização de pesquisas para avaliar o grau de LGBTfobia nas escolas públicas do Estado do Ceará, cujos resultados devem ser divulgados e socializados, especialmente junto às redes de educação; c) elaboração de material didático que considerasse as diversidades, as orientações sexuais e as identidades de gênero; e d) realização de campanhas e eventos que tratassem das diversidades de gênero e sexuais.

Entre os anos de 2015 e 2017, havia a intenção de criar um grupo de trabalho interinstitucional para a elaboração de diretrizes estaduais voltadas a educação sexual, gênero e diversidade, porém, essa articulação foi abortada diante da conjuntura política

adversa que se estabeleceu com a aprovação do Plano Estadual de Educação (PEE), em maio de 2016.

Após meses tramitando na ALECE e tendo recebido aproximadamente 150 emendas entre aditivas, modificativas e supressivas, o PEE do Ceará foi finalmente votado em 5 de maio de 2016; 121 emendas foram incorporadas ao texto original. Itens que tratavam de educação de gênero e sexualidade e do combate à discriminação por orientação sexual foram os mais discutidos. Parlamentares conservadores ligados a grupos religiosos e seus aliados articularam a retirada de todos os termos que faziam referência às populações LGBT e às temáticas das diversidades sexuais. A maior parte dos textos das metas e estratégias que contemplavam a discussão de gênero e sexualidade foi alterada e “remendada” com o art. 14 da Constituição Política do Estado do Ceará (Constituição do Ceará, 1989), que preconiza: defesa da igualdade e combate de qualquer forma de discriminação em razão de nacionalidade, condição e local de nascimento, raça, cor, religião, origem étnica, convicção política ou filosófica, deficiência física ou mental, doença, idade, atividade profissional, estado civil, classe social, sexo e orientação sexual (Souza, 2016).

A retirada dos termos relacionados a gênero e sexualidade foi uma tentativa de invisibilizar e enfraquecer as políticas públicas para essas áreas. Mesmo assim, ações foram desenvolvidas para tentar promover a equidade de gênero; dentre elas, podemos destacar a luta pela implementação do uso do nome social por alunos e alunas travestis e transexuais nas escolas da rede estadual, mediante divulgação e orientação das portarias, resoluções e decretos estaduais⁹ que versavam sobre o uso do nome social de pessoas travestis e transexuais nos espaços escolares. Esses dispositivos e outros - p. ex., Resolução CNCD/SDH-PR n. 12/2015 - foram sistematicamente trabalhados nas formações de professores.

Nos anos de 2017 e 2018, em cumprimento às Leis Estaduais ns. 14.820/2010 (Semana Luís Palhano), 16.044/2016 (Semana Maria da Penha nas escolas) e 16.481/2017 (Semana Janaína Dutra), foram realizados seminários temáticos sobre o Plano Estadual de Combate à LGBTfobia, o combate à violência contra a mulher e o combate à LGBTfobia na escola, respectivamente, reunindo um público total de 356 participantes, dentre gestores escolares, professores, estudantes e outros profissionais da educação.

Essa articulação se deu mediante participação: a) nas ações da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas LGBT (COELGBT); b) no Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos (CEDDH); c) na Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Mulheres (CEPAM); e d) nas conferências municipais, regionais e estaduais LGBT e de direitos humanos. A subárea de EDHGS também se fez presente¹⁰ em mesas de debate, mesas

9 Portarias ns. 1.435/2016 e 1.371/2017 do Gabinete da Secretaria da Educação; da Resolução CEE/CEB n. 463/2017 do Conselho Estadual de Educação do Ceará; do Decreto Estadual n. 32.226/2017; e da Resolução CNE n. 01/2018.

10 Em 16 eventos, a subárea EDHGS foi convidada, principalmente, por universidades, a participar como ouvinte de formações e seminários acadêmicos, o que demonstra reconhecimento dos acadêmicos e valorização do trabalho da equipe no meio universitário. A equipe técnica também participou de 10 mesas de debate promovidas por instituições de

de abertura de eventos acadêmicos, entrevistas, comissões organizadoras e publicação de trabalhos de 66 eventos realizados por universidades, CREDE/SEFOR e veículos de comunicação impressos e rádio/TV, no período 2015-2018.

As ações de formação continuada constituídas por atividades pedagógicas, elaboração de material e oferta de cursos de capacitação estavam previstas inicialmente para atender a gestores escolares, professores e outros profissionais da educação, conforme preveem: a) a estratégia 3.13¹¹ do Plano Nacional de Educação (PNE); b) a estratégia 8.8¹² do PEE do Ceará; e, a partir de 2017, c) as metas educacionais do Plano Estadual de Enfrentamento à LGBTfobia e Promoção dos Direitos Humanos de LGBT do Estado do Ceará (Decreto Estadual n. 32.188, 2017). Atendendo a uma demanda dos gestores e professores capacitados pelas oficinas durante os anos de 2015 e 2016, foram ofertadas, nos anos de 2017 e 2018, 2 edições do curso de aperfeiçoamento Direitos Humanos em Gênero e Sexualidade.

Esse curso, com carga horária de 200 horas, foi oferecido em sua 1ª edição mediante parceria do Instituto UFC Virtual e na 2ª edição por meio do Centro de Educação à Distância (CED) de Sobral-CE. Em 2017, o curso foi ministrado na modalidade semipresencial para um público de 120 educadores. No ano de 2018, por falta de recursos financeiros, esse mesmo curso foi realizado totalmente a distância atendendo dessa vez 110 educadores. Nas 2 edições, os tutores do curso foram os próprios técnicos da subárea EDHGS. Durante os 4 anos de atuação, foram realizadas 213 formações pedagógicas envolvendo CREDE/SEFOR, escolas, secretarias municipais e projetos institucionais, atingindo um público total de 15.461 pessoas.

Esse era o cenário das políticas públicas implementadas no âmbito da educação que visavam, a partir da formação de professores e de debates e oficinas nas escolas, a combater discriminações e promover uma prática educacional que rompesse com o histórico de preconceito, discriminação e ignorância acerca das questões ligadas ao gênero. Eram passos à frente que se davam no Estado do Ceará, nas gestões de Cid Gomes (PDT) e de Camilo Santana (PT), ambos filiados a partidos de esquerda, o que, para os conservadores, fornecia elementos factuais para a construção da narrativa de “destruição dos valores cristãos”. Assim, na primeira oportunidade, depois da aprovação do PEE, em 2016, um passo atrás seria ensaiado no que diz respeito à temática.

Ensino Superior, dentro e fora do Estado do Ceará, com vistas a disseminar o trabalho desenvolvido. A produção científica, igualmente, foi uma preocupação dos técnicos responsáveis pela subárea, produzindo, apresentando e publicando 9 trabalhos em congressos, simpósios e colóquios acadêmicos, com o objetivo de divulgar a política do Estado do Ceará e debater maneiras de promover e qualificar o trabalho com gênero e sexualidades nas escolas.

11 Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando uma rede de proteção contra formas associadas de exclusão.

12 Garantir a formação inicial e continuada de professores, gestores e demais profissionais da educação para desenvolver uma cultura de acolhimento e respeito, inclusive quanto a todos os preconceitos e opressões em razão de sua orientação sexual.

Um passo atrás: “um perigo ronda o Ceará: a ideologia de gênero”

Os dias que antecederam a votação da Mensagem n. 72/2021, de autoria do Poder Executivo na ALECE, que instituía o programa Ceará Educa Mais, as redes sociais de vereadores de Fortaleza e de deputados estaduais religiosos davam conta de um “dia importante” que se avizinhava, cuja questão central era o “perigo” em torno de uma possível “sexualização das crianças” a partir dos planos do “governo petista” de instalar a “ideologia de gênero” no Ceará. Instalar-se-ia, por meio das redes sociais, o que alguns autores denominam “pânico moral” em torno da presença dos termos “gênero” e “sexualidade” no texto do projeto enviado pelo Governo do Estado e aprovado na comissão específica de redação da ALECE.

Entretanto, como podemos compreender tal mobilização acionando a ideia de “pânico moral”? Fenômenos tidos como “pânico moral” são aqueles em que é possível observar uma ideia de “cruzada moral” (Becker, 1963, p. 149) em torno de normas e valores, frequentemente inespecíficos e vagos, não chegando a atingir as causas reais de problemas sociais e envolvendo a participação dos media e dos políticos; tais cruzadas são particularmente apelativas para pessoas que se sentem ameaçadas pela suposta ruptura da ordem social. A literatura sobre o tema apresenta traços característicos: a) o carácter explosivo e intenso da preocupação pública; b) o sentido consensual ou, pelo menos, amplamente partilhado dessa preocupação; c) a dimensão moral sob a qual a ameaça é vivenciada; d) sua conexão com outras preocupações, sob a forma de um denominador comum que as explica; e e) a identificação de um agente específico do qual provém a ameaça e a hostilidade em relação a esse grupo (junto com os consequentes processos de dicotomização e estereotipagem que têm o pânico moral como objeto).

A cruzada moral requer uma organização consciente e deliberada sob a forma de um movimento, como o que veremos aqui. Em 26 de junho de 2021, a deputada estadual Dra. Silvana (Partido Liberal [PL]) publicava em suas redes a Figura 1.

Figura 1. “Eu sou contra. E você? Vamos compartilhar e pressionar os deputados que apoiem a emenda 01 e a subemenda 01.”



Fonte: Instagram da Dra Silvana.

Como se vê, o deputado não foi nomeado (processo de desumanização do indivíduo?), mas sim seu partido, mobilizando o imaginário em torno deste por ser de esquerda, retificando tal imaginário ao grafar os termos “gênero” e “sexualidade” em vermelho, cor tradicionalmente identificada com a esquerda.

A sessão ordinária de número 14, iniciada pouco depois das 9 horas da manhã de 1o de julho de 2021 seria uma das mais longas realizadas na ALECE, estendendo-se um pouco além do anoitecer. Depois de intensa mobilização via redes sociais de parlamentares ligados às igrejas e/ou a setores conservadores, quase todos os deputados estavam ali presentes e discursaram, seja em defesa do programa Educa Mais, seja em oposição não a este, mas à questão de gênero nele presente. As figuras 2 e 3 apresentam algumas dessas postagens que “prepararam o clima” daquela sessão, dando mostras de um perigo que estaria prestes a ser implementado caso o programa fosse aprovado com o conteúdo proposto pelo Governo do Ceará.

Figura 2. Priscila instiga pressão sobre deputados estaduais.



Fonte: Facebook de Priscila Costa

Figura 3. Ronaldo Martins fala sobre o Projeto



Fonte: Facebook de Ronaldo Martins

A primeira a discursar sobre a questão foi a deputada Dra. Silvana (membro da Igreja Evangélica Assembleia de Deus). Mesclando argumentos religiosos para se opor mais amplamente ao “movimento LGBT” - como a ideia de que este não respeitaria nem o “arco-íris”, segundo ela “*símbolo da aliança de Deus com seu povo*” -, a deputada deixaria claro que o que falasse ali havia sido norteador por um pastor de Juazeiro do Norte-CE, de onde teria vindo dias antes - e, segundo ela, na noite anterior havia se reunido com mais de 100 líderes em uma igreja de Fortaleza, onde teria sido acertado a ideia de “*invadir as redes sociais dizendo que nós não aceitamos ideologia de gênero, nem sexualização nas escolas do Estado do Ceará*”. Como religiosa que tem “*a responsabilidade de apresentar o exato pensamento do meu povo, o povo que nos escolheu para estarmos aqui*” (referindo-se ao povo evangélico), a deputada “denunciava” supostas ações do governo estadual feitas para “*atender o movimento*”¹³, citando para isso o uso da linguagem neutra em documentos oficiais.

13 Movimento este que, diga-se, a deputada afirmava não respeitar:

Rememorando votação anterior que havia derrotado a presença das questões de gênero no PEE, que ela denomina votação “*para que a ideologia de gênero jamais fosse pautada nas escolas: nem a ideologia de gênero, nem a sexualização*”, a deputada agora indicava que a mensagem do Ceará Educa Mais era “*em si muito boa, mas aí a pegadinha*”. Contudo, qual seria tal “pegadinha”? Segundo ela, a inserção de “sexualização e gênero”¹⁴. Aquela questão seria central para o povo que a deputada afirmava representar, pois dela (a retirada daquele termo) dependia o fato da “Igreja Santa do Senhor” continuar “grande e vitoriosa” e vir a “trunfar”.

Em seguida, após alguns apartes com a deputada, o deputado Apóstolo Luiz Henrique (partido Progressistas), fundador da Igreja do Senhor Jesus, é quem toma a palavra e passa a discursar. Nomeando como “diabólico” o que estava contido no texto do programa e sua possível aprovação; fazendo referência ao inciso XIII, o deputado dizia:

*[...] a palavra gênero e está aqui a palavra sexualidade. Nós estamos pedindo nada mais, nada menos, que tire esses dois termos*¹⁵.

Entretanto, qual era a razão de sua oposição aos “dois termos”?

Por quê? Porque o que acontece é que cabe aos pais educar seu filho. Está certo? Eu tenho certeza que se o senhor perguntar aqui para a maioria dos pais cearenses, eles vão dizer isso. Está certo? A questão dessa linguagem neutra também é diabólica, é um assassinato da gramática.

Membro da Igreja Universal do Reino de Deus, o deputado David Durand (partido Republicanos) foi o terceiro a discursar sobre o tema. Com o cuidado que os outros dois não tiveram em relação às pessoas LGBTQIA+, iniciou dizendo que, em comparação com outros lugares, “*não existe local onde nós temos o maior prazer de recepcionar pessoas que têm outra opção sexual senão as igrejas*”, pois lá seriam “*todos bem-vindos*”. Aquilo a que

“Não respeito um Movimento que, para começar, agride símbolos sagrados, agride uma aliança eterna de Deus com os homens, que é o símbolo do arco-íris [...] ele é apenas um movimento que insulta a fé cristã. Nega os princípios a começar pela bandeira deles, que não é deles, porque o símbolo sagrado eu quero ver e faço aqui um desafio a eles: eu quero ver hastear a bandeira do arco-íris no céu!”.

14 Voltaremos, na próxima seção, a uma dupla questão posta a partir das falas: o modo como o termo “gênero” é nomeado como “gênero e sexualização das crianças” (quando se tratavam de escolas da rede estadual) e o modo como a questão se transforma em “ensinar ideologia de gênero”.

15 Assim, o que causava incômodo aos religiosos e levava à mobilização deles, legitimando a ideia de ensino de sexualização nas escolas, era a presença dessas duas palavras.

ele se opunha era “*levar esse tipo de ensinamento para escolas*”, algo para ele tido como “*um absurdo*”. Lembrando que com “*uma luta muito grande*” a ALECE havia procedido à “*retirada do Plano Estadual de Educação da ideologia de gênero*”, o deputado questionava se era possível trazer a questão agora, por meio do projeto em discussão. Segundo ele:

Se no Plano Estadual de Educação que tem aí, nós temos, aí, um prazo de dez anos em vigor esse plano. Foi excluído do ensino das escolas do estado a ideologia de gênero, como pode agora através de uma mensagem tentar embutir esse tipo de ensinamento? Se o Plano Estadual de Educação, que dá as diretrizes, já deu orientação para retirar. Como pode, então, uma mensagem vir e serem apresentadas emendas sugerindo isso, se o plano já deu diretrizes de que não pode ter?

Os ataques proferidos contra aquela política pública - o Ceará Educa Mais - apenas pela presença dos 2 termos seriam rebatidos por 3 deputados ali presentes, 2 da base do governo e 1 da oposição. O primeiro deles, Romeu Aldiguieri (PDT), apresentando-se como cristão, lamentou o que chamou de “*mais uma demonstração de despreço pelo povo, mais uma inequívoca prova da falta de compromisso com os fatos*” por parte dos deputados que haviam feito mobilização contra o programa. Para ele, os deputados formavam um “*grupo, e, diz esta casa, hoje vai voltar a fantasiosa identidade de gênero*”. A razão de sua indignação com os ataques sofridos pelo programa era que se confundia “*equidade com ensinar sexo para crianças nas escolas*”, legitimando assim seu argumento:

[...] eu jamais votaria uma lei que fosse tratar de ensinar sexo para crianças nas escolas. Eu sou cristão e jamais faria isso.

Destacando significados relativos ao termo *equidade* (senso de justiça, imparcialidade, respeito, igualdade de direitos), o deputado seguia demonstrando a importância do projeto e, se seus colegas de casa queriam proceder a uma discussão usando a linguagem religiosa, para ele “*respeito, aceitação, compreensão, acolhimento*” eram termos que compunham a mensagem “*defendida por Jesus Cristo*”. O deputado, assim, fazia uma intensa defesa do projeto que ali se votava como uma importante política pública:

Eu vou abrir aspas aqui para o Twitter de um colega que finalmente acertou em uma informação. Disse ele: “Hoje é um dia decisivo para o povo cearense, a próxima geração será definida pela votação de hoje”. Ele tem razão. Finalmente eu

concordo com ele, e ele tem razão. A próxima geração precisa ter mais respeito. A próxima geração precisa ter mais aceitação por quem pensa diferente e por quem age diferente. Não é aceitável sequer uma violência física ou psicológica contra as mulheres, contra os homossexuais, contra nenhum homem e contra nenhuma mulher. Esta votação de hoje, de fato, é decisiva, porque amplia a educação do povo cearense, porque abre os braços para todos os e todas as cearenses, porque significa aceitação e reforça esse projeto civilizatório que estamos tentando construir juntos. [...] De um projeto grandioso como esse que dá exemplo para o Brasil, Projeto Educacional do Estado do Ceará, que está querendo tratar de vários temas, entre eles equidade, apenas respeitar e cuidar e proteger daquela jovem, daquela jovem que pode ser minoria e pode pensar diferente e pode ter uma orientação sexual diferente. Muito obrigado!

Autor da emenda que causara a mobilização contrária de parlamentares evangélicos, o deputado Renato Roseno também discursou em defesa do projeto e dos destaques por ele propostos. Em suas palavras, foi para pensar na superação de feminicídio, na superação da violência contra a mulher e contra homossexuais - todas políticas públicas levadas a cabo nas últimas décadas no Brasil e em inúmeras outras democracias - que o governo, do qual é um opositor, havia posto o projeto em tramitação, visando à educação de “seres humanos que promovem a equidade, que nada mais é do que o respeito às pessoas, à sua individualidade”. Dizendo-se “alvo dessa manipulação grosseira que não cabe mais na política”, lamentava o nível ao qual a discussão (manipulada) do projeto havia chegado.

Destacando sua experiência pregressa como secretário de educação de Fortaleza, Elmano de Freitas (PT) lembraria a realidade das escolas, que “têm os mais variados jovens, das mais variadas famílias, das mais diversas crenças” e em cujo interior existe “conflito, às vezes, um jovem expressa preconceito para com o outro” dos mais diversos tipos (religioso, de raça, decorrente de alguma característica física) mas, sobretudo em relação à orientação sexual. Por isso, para ele, a questão era objetiva: com a aprovação ou não do projeto, a ALECE escamotearia ou não a realidade de preconceitos enfrentados diariamente por diversos jovens nas escolas estaduais, o que poderia acarretar dezenas de jovens abandonando a escola por não verem nela um espaço de acolhimento, mas de exclusão. Em suas palavras:

[...] é preciso que a escola trabalhe para que um jovem não abandone uma escola por um preconceito contra esse mesmo jovem ou essa jovem na escola. E eu ouvi aqui coisas, hoje, que eu fico espantado, alguém dizer que o movimento LGBT é diabólico. É o que eu ouvi. Alguém que diz isso não pode dizer que respeita. Porque se ele realmente acha que é diabólico, ele não pode respeitar. [...] Só que esta casa vai votar uma lei para as escolas que têm cristãos, que têm pessoas do

candomblé, que têm pessoas da umbanda, que têm pessoas evangélicas, que têm pessoas católicas, que têm pessoas sem religião. E a escola deve ser responsável para garantir que os jovens tenham nesse ambiente condições de tranquilamente nela estudar. [...] Portanto, povo do Ceará, vocês já leram em algum site, em alguma página de Facebook, alguma coisa, que a Assembleia hoje vai votar sobre sexualidade de criança. A Assembleia vai votar sabe o quê, deputado? Discussão de sexualidade na escola para jovem. Sabe por quê? Sabe por que que tem que discutir? Porque um dos problemas que nós temos com os jovens é gravidez precoce. São jovens de 16, 17 e 18 anos que ficam grávidas, e essa jovem grávida fica sendo tentada a fazer aborto. Pois eu prefiro que a nossa escola estadual tenha educação sexual para que essa jovem não fique grávida, e aí, sim, evitar o aborto. Nós precisamos garantir que a nossa juventude possa ter acesso a informação. Ou vamos fazer de conta que a juventude nessa fase não inicia suas relações sexuais, parte dela?

O deputado apontava, pois, uma distorção que se estava operando em relação ao conteúdo do programa: a busca pela equidade de gênero que o texto propunha era transformada em “sexualização”. Apontando problemas reais que poderiam ser enfrentados com uma presença de questões em torno de gênero na escola - como a gravidez precoce -, o deputado apontava como ela poderia, inclusive, acenar para uma bandeira cara aos conservadores: evitar a prática do aborto. Essas questões seriam ou não da alçada da escola¹⁶?

Discursariam contra o projeto, ainda, o deputado Apóstolo Luiz Henrique (reafirmando sua ideia de que o movimento LGBTQIA+ era “diabólico” e que, por isso, não o respeitava¹⁷), o deputado Delegado Cavalcante (Partido Social Liberal [PSL], que, apesar de não ser evangélico, apresenta-se como conservador – destacando o desejo de alguns sujeitos de “*marginalizar as nossas crianças, satanizar, são satânicos, não têm religião*”¹⁸), a deputada Dra. Silvana (reiterando seu não respeito pelo movimento) e o deputado André Fernandes (Republicanos), a cujas falas daremos um pouco mais de destaque.

16 Martuccelli (2022) aponta importantes aspectos em torno das relações entre escola e questões morais, destacando a responsabilidade de diferentes atores em temas que atingem coletividades, o que exige novas sensibilidades das escolas diante de questões morais de nosso tempo.

17 “*Como é que eu vou respeitar Movimento LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgêneros, Queens, Intersexuais, Assexuais e mais), não sei quantas letras mais eles vão colocar. Eu digo que é diabólico. É diabólico por quê? Porque os tais vão para o lago de fogo, enxofre, porque está escrito na Bíblia Sagrada. Então, eu estou aqui só para deixar certo disso. Agora, tem homossexual e lésbica que chega à Igreja? Tem! Eu oro por eles e eles se convertem, e o homem volta a ser homem e a mulher volta a ser mulher*”.

18 Uma de suas declarações, enquanto discursava, foi: “*Vamos para cima porque nós acreditamos em um Deus que não admite esse tipo de situação, não temos nada contra, mas que deixem em paz as nossas crianças*”.

O deputado André Fernandes havia mobilizado, um dia antes, suas redes sociais acionando o medo e o pânico diante do texto do projeto e das possíveis consequências de sua aprovação, como ilustra a Figura 4.

Figura 4. André Fernandes anuncia dia de votação e mobilização



Fonte: Facebook de André Fernandes

Segundo o deputado, um dos mais destacados seguidores e apoiadores do presidente Jair Bolsonaro (PL), estaria em curso uma tentativa de “falar de sexo para as crianças”, o que significava “sexualizar as crianças” por meio do “ensino da ideologia de gênero”. Vejamos suas palavras:

[...] *Eu não consigo entender como é que o deputado tem coragem de subir aqui e dizer que isso não se trata de ideologia de gênero! [...] Como bom cristão, que eu sou, eu jamais poderia deixar isso passar em branco. [...] Que fique claro e registrado que a sexualidade não é dever do estado estar tratando! Uma criança vai à escola para aprender Português, Matemática, Inglês, Filosofia e por aí vai!*

Agora, cabe ao pai, mãe educar. Acho muito feio quando a pessoa diz não, mas temos que educar a criança na escola. Não tem que ensinar! Ensinar a matéria para passar no ENEM, para passar no vestibular, para se formar, para passar na faculdade. Agora, a educação de uma criança, e falo como cristão - porque toda a estrutura da sociedade atual é baseada no Cristianismo - quem educa é o pai e a mãe. São o pai e a mãe que vão dizer “meu filho, não faça isso, porque está errado; meu filho, você deve fazer isso, porque eu sou seu pai e eu vou te ensinar, sim; Enquanto você estiver comendo a comida que pagamos, na casa que pagamos o aluguel, você vai fazer o que nós determinamos”. Isso é a família patriarcal e o deputado André Fernandes é defensor da família patriarcal [...] E aí o governo pode chegar e os professores acatarem essa ordem de uma lei, que vai virar lei, e dizer: “meu filho, você pode namorar outro menino; e já que nós estamos falando sobre gênero e sexualidade, quer que eu te diga como um menino namora outro menino? Quer que eu te diga como uma menina namora outra menina? Você quer entender como funciona essa relação? Você é a favor da relação do seu pai com sua mãe? Que coisa fora da modernidade!”. E, daqui a pouco, nós vamos ter uma geração que não sabe o que quer, não sabe o que é, não sabe para onde vai e isso pode causar inúmeros problemas. E eu tenho aqui alguns casos. [...] Vocês, cearenses, são a favor de que os professores do Estado do Ceará falem sobre sexo, sobre gênero com seu filho de 6, 7, 8, 9, 10, 11 anos de idade? Você é a favor disso?

Vejam, por partes, o que o deputado estava a dizer. Primeiro, a insistência de que a presença dos termos no projeto traria a “ideologia de gênero” para o cotidiano das escolas, com toda a carga estereotipada que as expressões carregam consigo. Tal “ideologia” seria frontalmente contrária à sua fé, de “bom cristão”. Em segundo lugar, não seria da competência do Estado “a sexualidade”, como se o que estivesse em questão fosse o exercício da sexualidade, e não os diversos problemas que são impostos aos sujeitos de diversas sexualidades; para o deputado, era como se o Estado visasse a “produzir” outra sexualidade, aquela “contrária à fé cristã”. Em terceiro lugar, por duas vezes o deputado faz referência a “crianças”, sujeitos que não são o público das escolas estaduais, com o intuito de conferir maior dramaticidade ao pânico que seu discurso intentava produzir. Na conclusão de sua fala se veem diversos desdobramentos indesejáveis, por ele denominados “inúmeros problemas”, decorrentes de uma sexualidade que fugisse daquilo que ele nomeia como “patriarcado”.

A deputada Dra. Silvana voltaria a discursar com a mesma tônica do deputado, dessa vez para tratar da emenda que ela havia apresentado:

Um gay é humano, Deputado André Fernandes? Sim. Uma lésbica é humana? É. Homens, mulheres, crianças, pretos, então, porque que eles não aceitam os direitos

humanos? Então, eles não são humanos? Então, a artimanha está aí: é bem claro, eles querem literalmente a ideologia de gênero, literalmente, ideologia de gênero e sexualização das nossas crianças, então, está desmascarado isso aqui, repito, mais uma vez, tem um grupo católico aqui na porta da Assembleia rezando para que o Governo do Estado do Ceará entenda que todo mundo... A farsa já está bem clara. O povo está de olhos abertos, o que eles querem realmente é confundir a mente das nossas crianças.

Aquela sessão se estenderia, como dissemos, até a noite. Havia sido um dia de intensas mobilizações e conversas de bastidores, o que resultou na modificação do texto que havia saído do governo e tramitado na comissão. Como mostramos, a grande questão era a presença dos termos *gênero* e *sexualidade* no documento, bem como a menção à promoção da equidade de gênero, que havia sido ressignificada pela ideia de “sexualização”. A mudança produzida e aprovada pelos parlamentares foi a seguinte: o texto proposto pelo Governo do Ceará falava sobre “*educação inclusiva*” e “*orientada pelo princípio da equidade, respeito às diferenças e garantia de direitos*”, “*apoiando, ainda, as escolas na abordagem dos temas integradores relacionados à educação em direitos humanos, gênero e sexualidade, bem como às relações étnico-raciais*”. A redação aprovada retirou as palavras “gênero” e “sexualidade” e acrescentou um novo artigo, de número 4, que dizia que

[...] a escola não terá interferência sobre a sexualidade de seus alunos. Haverá ações para suprimir injustiças, omissões, sofrimentos, preconceitos, violências e bullying para com mulheres, lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexuais, assexuais, obesos, negros, indígenas, religiosos, quilombolas e ciganos.

Ao deixar registrado no texto que a escola “*não terá interferência na sexualidade*”, os deputados faziam crer que, pelo projeto em votação, “ela teria”¹⁹.

Além disso, a emenda do deputado Renato Roseno ao inciso XII, que havia obtido o apoio de 89 entidades da sociedade civil, retirava o termo “gênero” e dizia que o projeto visava a uma

[...] educação contextualizada para a convivência com o semiárido: orientar práticas educacionais e pedagógicas emancipatórias, ancoradas na realidade

19 O que pode ser retificado quando se lê as palavras do deputado Elmano após a aprovação do texto final: “*o acordo que fizemos tranquiliza setores religiosos que atuam na política no Estado do Ceará de que a escola não deve influenciar; interferir na orientação sexual de nenhum aluno. E nós sempre dissemos à bancada do PT, aos governadores do PT, aos governos do PT que jamais queríamos que a escola interfira na orientação sexual de qualquer pessoa, e por isso fizemos acordo deixando isso claro, expresso*”.

local, considerando as dimensões social, cultural, econômica, ambiental e política, para contribuir com o desenvolvimento sustentável do semiárido, a promoção da equidade e igualdade étnico-racial e de gênero e a formação de uma cultura de paz, sobretudo mediante o fomento à consolidação e criação de escolas do campo, indígenas e quilombolas, bem como a celebração de parcerias com Escolas Família Agrícola.

Celebrada pela base do governo e pela oposição como um exemplar processo de democracia, a aprovação do texto final se mostrou um lamentável episódio de desinformação, manipulação da opinião pública, pânico social, reacionarismo, fundamentalismo religioso e, sobretudo, conivência com o recuo em políticas públicas de equidade, tendo como único voto contrário o do deputado PSOL. Imagens como a Figura 5, posteriores à votação, dão mostras do que estaria em jogo, para aqueles deputados.

Figura 5. Deputados e vereadores comemoram derrota do texto original



Fonte: Facebook de Apostolo Luiz Henrique, Delegado Cavalcante, André Fernandes, Jorge Pinheiro e Priscila Costa

Considerações finais

Se atentarmos à fala e ao discurso de deputados carismáticos católicos e evangélicos, nas redes e nos debates legislativos, em especial na ALECE, vemos como se assemelham a um fluxo contínuo de ruído desreferencializado, girando sobre o próprio eixo. As figuras e passagens bíblicas, destituídas de semântica e contextualização, aparecem como signos de mobilização de ressentimento e pânico. Não à toa, os signos linguísticos mais mobilizados não são os que inscreveram o perdão, o amor e a misericórdia no centro da tradição cristã (Sermão da Montanha, Parábola do Bom Samaritano etc.). Ao contrário, os signos mais mobilizados são os da batalha, da guerra, do exorcismo, do demônio, do inferno, das profecias catastróficas, do caos. A linguagem moralista/mágico/bélica por eles vociferada é uma linguagem de interdição, conquista e guerra sem trégua, sem descanso e sem diálogo político, mas vazia de riqueza interpretativa teológica, cultural, social, política ou artística. O tema sígnico é repisado o tempo todo. Trata-se de um gospel de uma nota só, monocórdio, mas estridente e surdo diante das interpelações e interlocuções dos divergentes e diferentes.

Os *domini canis* das bancadas religiosas conservadoras cristãs são impiedosos. Toda arma é válida – ódio, pânico moral, irrazão – para cumprir a missão de aniquilar os inimigos de Deus. Eles acreditam ter um mandato, uma *missio domini* recebida, supostamente, de profecias e da *Bíblia*. A política como sublimação do conflito social, a identidade e a posição política contextual, construída, relacional é escorraçada do Parlamento e, no seu lugar, emerge uma identidade e uma posição antipolítica a serviço de uma utopia ainda pouco assumida publicamente, qual seja, estabelecer um Estado cristão. Este, trazido por uma concepção de democracia distorcida, ao eleger uma moral restritiva, excludente e avessa a mediações político-hermenêuticas, efetivaria a ideia de uma suposta maioria cristã na sociedade brasileira. E, enquanto o reino dos homens cristãos não se instaura, leis e políticas públicas são solapadas, freadas, desmontadas, paralisadas ou tumultuadas, sorrateiramente ou à força. “*Preparai os caminhos do Senhor*” parece ser o signo, destituído de interpretação histórica, social e antropológica - signo que serve a qualquer coisa, o que alimenta a caricatura de religião cristã instaurada por essas bancadas como farsa e como performance do ódio.

O conservadorismo religioso é um fluxo ininterrupto de fala repetitiva, aprisionada em si, narcísica, como um algoritmo que se repete e devolve apenas um si mesmo destituído de capacidade de interpretação. Saem as leituras mediadoras voltadas ao cultivo de um espaço público plural, pleno de adversários e divergentes políticos e entram as literalidades duras, áridas, esvaziadas e repetitivamente nauseantes. O conservadorismo religioso cristão se torna o último refúgio metafísico, mas como paródia, pois se agarra a meras convenções linguísticas para a partir delas promover uma batalha final entre os benfeitores

- ele e seus santos eleitos - e os malfeitores - todos os outros, diferentes e distintos. A teologia pentecostal que divide o mundo rigorosamente entre “bem” e “mal”, “pecado” e “salvação”, “anjo” e “demônio” aqui recobra vigor, ao se conjugar com o cabedal de tendências socioeconômicas, históricas e político-culturais contemporâneas: do capitalismo financeiro eletrônico à crise da democracia e das instituições republicanas.

Os guerreiros de Deus desejam a norma como *pater familias* que, por missão e por mandato, deve instituir uma identidade supostamente natural e à sociedade caberia adotá-la. A oposição e a recusa são vistas como “desvio”, “danação” ou “heresia” sendo, por princípio, condenadas, combatidas e, no limite, eliminadas de documentos e discursos (veto ao uso linguístico do termo “gênero”) e da sociedade (destruição de políticas públicas, invisibilização da violência contra pessoas que por elas deveriam ser assistidas). A construção teológica cristã, baseada na performance do amor, dá lugar ao ódio como performatividade religiosamente cultivada sob signos destituídos de sentido e semântica. E as desigualdades, historicamente estabelecidas, perpetuam-se.

Referências bibliográficas

Becker, H. (1963). *Outsiders: studies in the sociology of deviance*. The Free Press.

Berardi, F. (2020). *Asfixia: capitalismo financeiro e a insurreição da linguagem*. Ubu.

Camurça, M. A., Andrade, P. M., Júnior, & Silveira, E. J. S. (2020). Estado laico e dinâmicas religiosas no Brasil: tensões e dissonâncias. *Horizonte: Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*, 18(57), 975-1001.

Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. (1988). Brasília, DF.

Constituição Política do Estado do Ceará, de 5 de outubro de 1989. (1989). Fortaleza, CE.

Decreto Estadual n. 31.221, de 3 de junho de 2013. (2013). Altera a estrutura organizacional e dispõe sobre a distribuição e a denominação dos cargos de direção e assessoramento da Secretaria da Educação (SEDUC). Fortaleza, CE.

Decreto Estadual n. 32.188, de 7 de abril de 2017. (2017). Institui o Plano Estadual de Enfrentamento à LGBTfobia e Promoção dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) do Estado do Ceará e dá providências correlatas. Fortaleza, CE.

Ghiraldelli, P., Jr. (2022). *Semiocapitalismo. A era da desreferencialização*. CEFA.

Henriques, A. E. L. (2021). *Educação, conservadorismos e religião: mapeamento e análise do avanço neoconservador na educação brasileira* (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.

Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (1996). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF.

-
- Martuccelli, D. (2022). Religião, democracia e escola na era das convicções pessoais. In B. Sorj, & S. Fautso, *Religião, democracia e educação no Brasil* (pp. 11-112). Fundação Fernando Henrique Cardoso.
- Moura, F. P. (2018). Conservadorismo cristão e perseguição aos estudos de gênero: a quarta versão da BNCC. *Communitas*, 2, 47-63.
- Moura, F. P., & Silva, R. C. A. (2020). *6 anos de projetos "Escola sem Partido" no Brasil: levantamento dos projetos de lei estaduais, municipais, distritais e federais que censuram a liberdade de aprender e ensinar*. Frente Nacional Escola Sem Mordança.
- Pierucci, A. F. (1989). Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. *Ciências Sociais Hoje*, 11, 104-132.
- Pierucci, A. F. (1996). A bem-vinda politização dos pentecostais. *Contexto Pastoral*, 4(33), 6-7.
- Pierucci, A. F. (2011). Eleição 2010: desmoralização eleitoral do moralismo religioso. *Novos Estudos CEBRAP*, 89, 5-16.
- Pierucci, A. F., & Mariano, R. (1992). O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor. *Novos Estudos CEBRAP*, 34, 92-106.
- Roudinesco, E. (2021). *O eu soberano. Ensaio sobre as derivas identitárias*. Zahar.
- Santos, S. P., Oda, W. Y., & Oliveira, M. C. A. (Orgs.). (2022). *O novo conservadorismo brasileiro e suas implicações para a educação brasileira*. Livraria da Física.
- Sena da Silveira, E. J. (2022) Cuestión religiosa y política en Brasil: pluralidad, biopolítica y conservadurismo. *Revista Rupturas*, 12, 47-81.
- Silva, E., & Silveira, E. (2021). Conflitos entre democracia parlamentar e religião reacionária na Câmara Municipal de Fortaleza. *Plural*, 28(1), 109-135.
- Silveira, E. J. S. (2020). Duelo de absoluto e relativos. Os evangélicos, a heteronormatividade e o pós-tradicional. *Revista Brasileira de História das Religiões*, 12, 55-78.
- Souza, H. H. (2016, outubro). Plano Estadual de Educação do Ceará: gênero e sexualidade entre avanços e retrocessos. In *Anais do 3o Congresso Nacional de Educação*. Natal, RN.
- Tsebelis, G. (2009). *Atores com poder de veto: como funcionam as instituições políticas*. Ed. FGV.

Para citar este artigo

Norma ABNT

SILVA, E. F.; SILVEIRA, E. J. S.; SOUZA, H. H. “Dois termos, nada mais, nada menos”: conservadorismo religioso, políticas públicas e gênero. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, v. 13, n. 30, p. 71-98, 2023.

Norma APA

Silva, E. F., Silveira, E. J. S., & Souza, H. H. (2023). “Dois termos, nada mais, nada menos”: conservadorismo religioso, políticas públicas e gênero. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, 13(30), 71-98.

Norma Vancouver

Silva EF, Silveira EJS, Souza, HH. “Dois termos, nada mais, nada menos”: conservadorismo religioso, políticas públicas e gênero. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado* [Internet]. 2023 [cited Jan 06, 2023];13(30):71-98.

Available from: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/8672>